



## **CONTRATO DE FORNECIMENTO**

**CONTRATO REF.ª Nº 43\_ GPENAPOR\_2022**

**FORNECIMENTO REACHSTACKER TEREX TFC45 R HC**

**– Ilha de Santiago –**

**ENTRE**

**ENAPOR – EMPRESA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS, S.A.**

**E**

**AUTO MECÂNICA ALVORGENSE, LDA**

SEDE: C. P. N.º 82, S. Vicente - Tel: (+238) 230 75 00 | Fax: (+238) 232 43 37 / 21 70 | E-mail: info@enapor.cv  
PORTOS: PORTO GRANDE - Av. Marginal, C.P. 82 - Mindelo, S. Vicente - Tel: (+238) 230 75 00 | Fax: (+238) 232 14 33 | PORTO DA PRAIA - C.P. 87 - Santiago  
Tel: (+238) 260 99 60 | Fax: (+238) 263 38 99 | PORTO DA PALMEIRA - Sal - Tel: (+238) 241 13 48 | Fax: (+238) 41 13 48 | PORTO NOVO - Sto. António - Tel:  
(+238) 222 12 54 | Fax: (+238) 222 12 54 | PORTO DO TABRAFAI - Vila do Tabrafaí - S. Nicolau - Tel: (+238) 236 10 50 / 16 77 | Fax: (+238) 236 13 26 | PORTO  
VALE DE CAVALEIROS - Fogo - Tel: (+238) 281 21 13 | Fax: (+238) 281 12 64 | PORTO INGLÊS - Vila do Porto Inglês - Maio - Tel: (+238) 255 14 80 / 13 50 | Fax:  
(+238) 255 13 50 | PORTO FURNA - Vila da Fuma - Brava - Tel: (+238) 285 12 40 / 285 12 46 | Fax: (+238) 85 12 09 | PORTO DE SAL - Rei - CP N.º 29, Cidade  
de Sal Rei - Boa Vista - Tel: (+238) 251 11 87 | Fax: (+238) 251 13 74

Entre

**ENAPOR – EMPRESA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS, S.A.**, com sede na Avenida Marginal, Cidade do Mindelo, Ilha de São Vicente, CP-82, Detentora do Capital Social de 1.200.000.000\$00 (um milhar e duzentos milhões de escudos), que se encontra totalmente realizado pelos valores integrantes do seu património, Contribuinte n.º 200487264 (NIF), matriculada na Conservatória do Registo Comercial da Região de 1.ª Classe de São Vicente sob o n.º 1168, legitimamente representada neste ato pelo Eng.º **Ireneu Rosa de Azevedo Camacho**, solteiro, portador do BI n.º 129344, emitido pelo arquivo de Identificação Civil e Criminal de S. Vicente, titular do NIF: 165280263 e pelo pela Dr.ª **Eneida Cristina Lima Gomes**, solteira, portadora do BI n.º 316103, emitido pelo arquivo de Identificação Civil e Criminal de S. Vicente, titular do NIF 131610325 na qualidade de Presidente do Conselho de Administração e Administradora Executiva respetivamente, no uso das competências estatutárias, com poderes para obrigar;

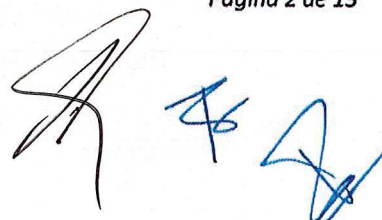
***Doravante identificada simplesmente por “Primeira Outorgante”***

E

**AUTO MECÂNICA ALVORGENSE, LDA**, com sede em Leiria, Concelho de Ansião Freguesia de Alvorge, Detentora do Capital Social de 25.000,00 (vinte e cinco mil euros) contribuinte n.º 504555227, matriculada na Conservatória do Registo Civil/Predial/Comercial de Ansião sob o n.º 622/20000329 legitimamente representada pelo Sr. Gil Adriano Ramalho Gonçalves, NIF n.º 207738700 na qualidade de Gerente, no uso das competências estatutárias, com poderes para obrigar;

***Doravante identificada simplesmente por “Segunda Outorgante”***

Entre as Outorgantes supra identificadas e nas respetivas qualidades, é de boa fé e livre vontade firmado e reduzido a escrito o presente contrato de Fornecimento que se rege pelas seguintes cláusulas:





### Cláusula 1ª (Objeto)

Constitui objeto do presente contrato o fornecimento, pela Segunda Outorgante à Primeira Outorgante, de um **Empilhador Usado Reachstacker TEREX TFC45 R HC** nos termos constantes na proposta comercial, incluindo as características e especificações técnicas que o integram, bem como os Anexos I, II e III.



Pos	Designação	Marca	Modelo	Cap	Qty
01	Empilhadeira Reach Stacker	Terex	TFC45 R HC	45 tons	1

### Cláusula 2ª (Regime)

1. O preço a pagar é fixo, no que ambas as partes estão expressa e especialmente de acordo.
2. A Segunda Outorgante compromete-se fornecer o equipamento descrito na Cláusula anterior, pelo valor indicado na cláusula 4ª, sem direito a revisão de preços.

### Cláusula 3ª (Duração)

O presente contrato manter-se-á em vigor desde a data da sua assinatura, até à integral execução de todas as suas prestações, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.

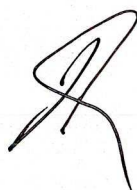


#### **Cláusula 4ª (Preço Contratual)**

1. O preço contratual pelo fornecimento do equipamento a que alude a Cláusula 1.ª, incluindo a máquina base, porte e os acessórios é de **234.000,00€** (duzentos e trinta e quatro mil euros), valor CIF Porto da Praia, de acordo com a Proposta Técnica e Financeira apresentada pela Segunda Outorgante.
2. Ao preço referido no número anterior, acresce o montante de **8.500,00€** (oito mil e quinhentos euros), correspondente à pintura geral do equipamento.
3. Sem prejuízo do preço contratual, a Primeira Outorgante só se obriga a pagar à Segunda Outorgante após a efetiva entrega e aceitação do equipamento.

#### **Cláusula 5ª (Faturação e Condições de Pagamento)**

1. A Primeira Outorgante compromete-se a pagar à Segunda Outorgante, no prazo de 5 (cinco) dias a contar da data da assinatura do presente contrato a quantia de **72.750,00 €** (setenta e dois mil, e setecentos e cinquenta euros), correspondente a um adiantamento de **30% (trinta por cento)** do valor referido no número 1 da Cláusula 4ª, mediante a apresentação pela Segunda Outorgante, da respetiva fatura e garantia bancária (on-first-demand) de montante igual ao valor do adiantamento.
2. A Primeira Outorgante deverá liquidar à Segunda Outorgante, **20% (vinte por cento)** do preço global do contrato, correspondente a **48.500,00€** (quarenta e oito mil e quinhentos euros), com o **embarque do equipamento e apresentação do BL's consignados à Enapor;**
3. Os restantes **50% (cinquenta)** por cento, equivalente a **121.250,00€** (cento e vinte e um mil e duzentos e cinquenta euros), serão liquidados com a **entrega e assinatura do auto de receção do equipamento** no Porto da Praia.
4. Para efeitos do número anterior, a obrigação considera-se vencida com a aceitação do equipamento, nos termos do disposto na Cláusula 10ª.



Página 4 de 13





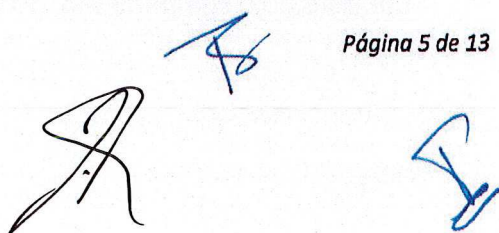
5. Em caso de discordância por parte da Primeira Outorgante quanto aos valores indicados nas faturas, deve esta comunicar à Segunda Outorgante, por escrito, os respectivos fundamentos, ficando a Segunda Outorgante obrigada a prestar os esclarecimentos necessários, também por escrito, ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.
6. As faturas deverão incluir a designação do equipamento, respetivamente, a marca, o modelo, o n.º de série, e a discriminação do custo, transporte e seguro.
7. As faturas e demais documentos poderão revestir a forma eletrônica, caso em que deverão ser remetidas à Primeira Outorgante através de meio de transmissão escrita e electrónica de dados, para o endereço [concursos.procurement@enapor.cv](mailto:concursos.procurement@enapor.cv)

**Cláusula 6.<sup>a</sup>**  
**(Prazos e Local de Entrega)**

1. A Segunda Outorgante obriga-se a Entregar o equipamento nas instalações do Porto da Praia no **prazo máximo de 60 (sessenta) dias** após a assinatura do presente contrato.
2. A Segunda Outorgante fica obrigada a cumprir o prazo determinado no presente contrato e nos demais documentos que o integram.
3. Sempre que ocorra um caso de força maior, devidamente comprovado e que implique a suspensão da entrega, deve a Segunda Outorgante, logo que dele tenha conhecimento, requerer à Primeira Outorgante que lhe seja concedida uma prorrogação do respectivo prazo, fundamentando adequadamente o pedido.

**Cláusula 7.<sup>a</sup>**  
**(Penalidades Contratuais)**

1. Em caso de incumprimento imputável à Segunda Outorgante, ou a terceiros por si contratados para a execução das prestações contratuais, haverá lugar à aplicação de penalidades nas seguintes situações:





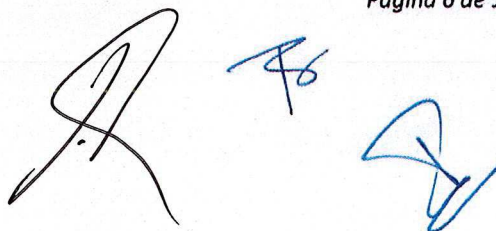
1.1. Atraso no início da revisão/inspeção do equipamento, pintura geral e na entrega e

1.2. Atraso nos prazos parciais vinculativos.

- a) Multa diária de 1‰ (um por mil) do preço contratual, nos primeiros 30 (trinta) dias;
- b) Em cada período subsequente de igual duração a multa diária sofrerá um aumento para 2‰ (dois por mil) do valor do contrato, sem, contudo, que na sua globalidade, possa exceder o limite máximo de 15% (quinze por cento) do preço contratual;
- c) A aplicação de multas contratuais à Segunda Outorgante, nos termos anteriores, deve ser precedida de uma nota de comunicação, da qual a Primeira Outorgante envia uma cópia à Segunda Outorgante, notificando-a para, no prazo de 5 (cinco) dias exercer o contraditório.

#### **Cláusula 8.<sup>a</sup> (Força Maior)**

- 1. Não podem ser impostas penalidades à Segunda Outorgante, nem é havida como incumprimento a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias de natureza extraordinária ou imprevisível, exteriores à vontade da parte afetada e que por esta não possam ser controladas.
- 2. Podem constituir força maior, se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, guerras (declaradas ou não), tumultos, insurreições civis, catástrofes naturais, greves gerais de âmbito nacional, incêndios, inundações, explosões, decisões governamentais ou outras situações não controláveis pelas partes.
- 3. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser comunicadas à parte contrária no prazo máximo de 5 (cinco) dias a contar da data em que se tenha tido conhecimento da sua ocorrência.
- 4. Sem prejuízo do disposto no número anterior, a Segunda Outorgante, deverá comunicar à Primeira Outorgante, as obrigações emergentes do presente contrato cujo cumprimento, no seu entender, se encontre impedido ou dificultado





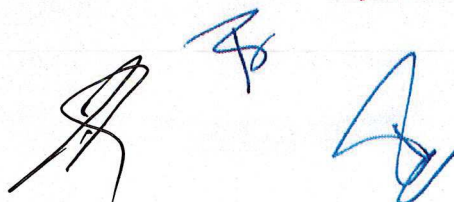
por força de tal ocorrência, e as medidas que pretende pôr em prática a fim de mitigar o impacto da referida situação e os respetivos prazos.

**Cláusula 9.<sup>a</sup>**  
**(Dever de boa execução)**

1. A Segunda Outorgante fica sujeita, no que diz respeito à execução do contrato, às exigências legais e Regulamentares ou normativas Técnicas do setor aplicáveis às matérias objeto do contrato.
2. A Primeira Outorgante reserva-se no direito de reter o correspondente a 10% (dez) por cento do valor dos pagamentos a efetuar, como garantia de boa execução do contrato, que será liberada com o cumprimento de todas as obrigações contratuais que impendem sobre a Segunda Outorgante.

**Cláusula 10.<sup>a</sup>**  
**(Verificação e aceitação dos equipamentos)**

1. Após a entrega do equipamento objeto do presente contrato, a Primeira Outorgante procederá, a uma inspeção qualitativa e quantitativa do mesmo, com vista a verificar, respetivamente, se reúne os requisitos técnicos e funcionais definidos no presente contrato e nos demais documentos que o integram, bem como outros requisitos exigidos por lei.
2. Durante a fase de Inspeção, a Segunda Outorgante obriga-se a prestar à Primeira Outorgante toda a cooperação e esclarecimentos necessários, podendo fazer-se representar, através das pessoas que considere devidamente credenciadas para o efeito.
3. Findo o prazo de 10 (dez) dias da entrega, em caso de silêncio da Primeira Outorgante, o equipamento considera-se aceite, ocorrendo a transferência da posse da propriedade para a Primeira Outorgante, bem como do respetivo risco de deterioração ou perecimento, sem prejuízo das obrigações de garantia e assistência técnica que impendem sobre a Segunda Outorgante
4. No caso de a inspeção, referida no número um da presente cláusula não comprovar a total operacionalidade do equipamento, bem como a sua conformidade com as exigências legais, ou no caso de existirem defeitos ou discrepâncias com os






requisitos técnicos e funcionais definidos no presente contrato e nos demais documentos que o integram, a Primeira Outorgante, por si ou através de terceiro designado para o efeito, deve disso informar, por escrito, a Segunda Outorgante.

5. No caso previsto no número anterior, a Segunda Outorgante deve proceder, à sua custa e no prazo referido nos números seguintes, às reparações ou substituições necessárias para garantir a operacionalidade do empilhador e o cumprimento das exigências legais e dos requisitos técnicos e funcionais exigíveis.
6. A Segunda Outorgante, após a comunicação referida no número 4, dispõe de um prazo máximo a acordar com a Primeira Outorgante, para suprir as deficiências e irregularidades detetadas durante a entrega.
7. Após a realização das reparações ou substituições necessárias pela Segunda Outorgante, no prazo respetivo, a Primeira Outorgante procede à realização de nova inspeção, nos termos dos números anteriores.

#### **Cláusula 11.<sup>a</sup> (Ato de entrega)**

1. A entrega do equipamento é sempre acompanhada de guia de remessa/auto de receção da qual devem contar, designadamente:
  - a) A data de entrega;
  - b) Identificação da Segunda Outorgante;
  - c) Identificação da Primeira Outorgante;
  - d) Data da confirmação da adjudicação/encomenda enviada pela Primeira Outorgante;
  - e) Designação do contrato no âmbito do qual é realizado o fornecimento;
  - f) Identificação do equipamento, contendo o modelo, a marca e o número de série;
  - g) Preço de venda estipulado no contrato.
2. A Entrega deve ser assegurada por um técnico representante do vendedor, que na sequência deverá ministrar um treino de capacitação dos operadores de grua e da manutenção
3. Anexo ao guia/auto a que se refere o número 1 da presente Cláusula, deve igualmente ser entregue toda documentação relativa à exploração do





equipamento, nomeadamente, os manuais de manutenção, peças, “workshop manual” e outros que se consideram relevantes para garantia da vida útil do equipamento.

**Cláusula 12.<sup>a</sup>**  
**(Garantia e suporte dos equipamentos)**

1. A aquisição do equipamento objeto do presente contrato contempla uma garantia de;
  - a) Garantia contra defeitos que impossibilitem o normal funcionamento do equipamento;
  - b) Período de 1 (um) ano da unidade motriz (motor, transmissão e diferenciais), a contar da data de assinatura do auto de receção e desde que as revisões sejam acompanhadas pelos serviços técnicos da Segunda Outorgante;
  - c) Operações de natureza corretiva, que têm como objetivo repor os equipamentos em condições normais de funcionamento sempre que ocorram falhas ou avarias nos termos da alínea anterior;
  - d) O fornecimento e substituição de peças ou outras componentes de origem, necessárias ao funcionamento do equipamento em condições normais de uso.
2. São excluídos da garantia todos os defeitos que notoriamente resultarem de uma má utilização e/ou manutenção imprópria ou de negligência por parte da Primeira Outorgante, bem como todos os defeitos resultantes da ação de terceiros e de casos de força maior.

**Cláusula 13.<sup>a</sup>**  
**(Documentos)**

Fazem parte deste contrato todos os documentos nele mencionados, nomeadamente, a Propostas Técnica e Financeira nº 143/2022-R01 de 03 agosto bem como os Anexos I II e III apresentadas pela Segunda Outorgante.



**Cláusula 14.<sup>a</sup>**  
**(Resolução por parte da Primeira Outorgante)**

A Primeira Outorgante pode resolver o contrato em caso de grave violação das obrigações contratuais por parte da Segunda Outorgante e ainda nos seguintes casos, sem prejuízo do direito de indemnização legalmente previsto:

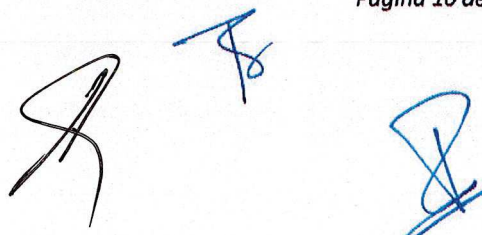
- a) Alteração anormal e imprevisível das circunstâncias, nos termos da lei;
- b) Incumprimento definitivo do contrato por fato imputável à Segunda Outorgante;
- c) Se o valor acumulado das sanções contratuais com natureza pecuniária exceder o limite legalmente previsto;
- d) A Segunda Outorgante se apresente à insolvência ou esta seja declarada pelo tribunal;
- e) Se a entrega do equipamento se atrasar por um período superior a 1 (Um) Mês da data estipulada no contrato.

**Cláusula 15.<sup>a</sup>**  
**(Efeitos da resolução)**

- 1. Em caso de resolução do contrato por parte da Primeira Outorgante por fato imputável a Segunda Outorgante, este fica obrigado ao pagamento de uma indemnização nos termos gerais de direito.
- 2. A indemnização é paga pela Segunda Outorgante no prazo de 30 (trinta) dias após a notificação para esse efeito, sem prejuízo da possibilidade de execução da caução prestada.
- 3. O disposto na presente cláusula não prejudica a aplicação de quaisquer penalidades/multas que se mostrem devidas, se para tanto existir fundamento.

**Cláusula 16.<sup>a</sup>**  
**(Resolução de Litígios)**

- 1. Os litígios decorrentes da execução, interpretação e aplicação das regras contratuais serão submetidos a uma tentativa de conciliação a realizar entre os representantes expressamente designados para o efeito pelas partes, no prazo de





- 10 (dez) dias, seguidos, contados da solicitação que para o efeito qualquer das partes produza.
2. Frustrada a conciliação, para todas as questões emergentes do contrato, será competente o Tribunal da Comarca de São Vicente, com expressa renúncia qualquer outro.

#### **Cláusula 17.<sup>a</sup>**

##### **(Contagem dos Prazos)**

Salvo quando o contrário resulte do Caderno de Encargos, os prazos aqui previstos são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados, não se suspendendo nem interrompendo em férias judiciais.

#### **Cláusula 18.<sup>a</sup>**

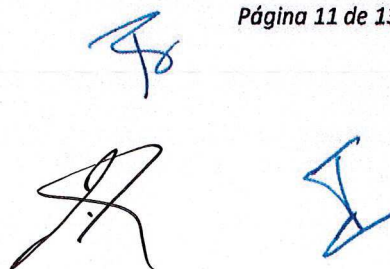
##### **(Lei aplicável)**

O presente contrato é regulado pela legislação cabo-verdiana em vigor, incluindo o Código Civil.

As Outorgantes declaram que aceitam o presente Contrato com todas as suas cláusulas, termos, condições e obrigações, das quais têm inteiro conhecimento e a cujo cumprimento se obrigam.

Este Contrato, constituído por 12 (doze) páginas, é feito em 2 (duas) vias, sendo rubricados pelas partes e dele fazem parte integrantes os **Anexos I, II, III**.

Assim o outorgam.



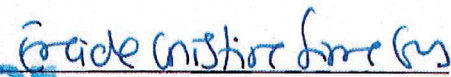




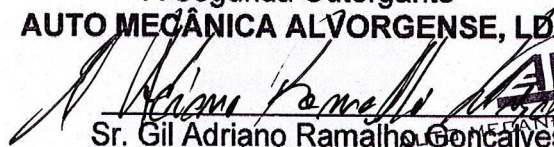
Feito na Cidade do Mindelo, ao 08º dia do Mês de Setembro do Ano de Dois Mil e Vinte e Dois.

A Primeira Outorgante  
**ENAPOR, SA**

  
Eng.º Ireneu Rosa Azevedo Camacho  
Presidente do Conselho de Administração

  
Dr.ª Eneida Cristina Lima Gomes  
Administradora Executiva



A Segunda Outorgante  
**AUTO MECÂNICA ALVORGENSE, LDA**

  
Sr. Gil Adriano Ramalho Gonçalves  
Gerente

A Gerência

## ANEXO I

AMA-PROPOSTA-TEREX TFC45RHC-R01





## ANEXO II

Tabela de manutenção TFC45

## ANEXO III

Terex\_AMA Maintenance history

Página 13 de 13



